

Ano II	Volume III	Nº 5	Julho/Dezembro 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	------------	------	---------------------	----------------	----------------

## Importância do Brasil na CPLP

Hélder Lukeny Bravo da Rosa<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo tem como objectivo demonstrar os laços existentes entre o Brasil e os outros Países-membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, a importância do Brasil nesta instituição sem esquecer, no entanto, ao valor que esta instituição poderá ter para a política externa brasileira.

**Palavras-chave:** Brasil, CPLP, Política Externa Brasileira.

### Abstract

This article has the goal of demonstrating the existing links between Brazil and the other member States of the Portuguese Speaking Countries Community (CPLP), the fundamental role of Brazil in this institution without forgetting the value that the this same institution might have for the Brazilian foreign policy.

**Key Words:** Brazil, CPLP, Brazilian Foreign Policy.

---

<sup>1</sup> Licenciado em Relações Internacionais, pela Universidade Lusíada de Lisboa. Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada de Lisboa. E-mail: hlukeny@gmail.com  
Recebido em 15/06/2006. Selecionado para publicação em 16/07/2006.

Ano II	Volume III	Nº 5	Julho/Dezembro 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	------------	------	---------------------	----------------	----------------

## INTRODUÇÃO

**C**onhece-se a forma como se liquidou a presença de Portugal nas suas colónias. Ao contrário do que fora acontecendo na generalidade das situações coloniais, salvo excepções, saldadas aliás, também, em deploráveis tragédias, foram o desgaste de uma violenta guerra de 13 anos tornada inútil e a crescente pressão da conjuntura internacional, as determinantes essenciais do ajuste final. Por todo o lado onde as situações coloniais se haviam resolvido sem a intervenção do argumento das armas, houve a oportunidade de encontrar múltiplas formas de cooperação imediata, nalguns casos dando, mesmo, lugar a que a direcção das estruturas institucionais dos novos Estados se mantivessem, temporariamente, na responsabilidade da antiga potência colonial noutros, que permanecessem, como garantia da ordem local, e por tempo acordado, contingentes armados. As independências significaram, algumas vezes, apenas, mas imprescritíveis do ponto de vista da dignidade humana, a modificação da natureza da relação política entre colonizador e colonizado, revigorando-se, nesse reencontro, a convivência entre os povos, que, em liberdade e em cooperação, prosseguiram destinos próximos. Os impérios coloniais inglês e francês souberam e puderam transformar-se em comunidades vivas e actantes, conjuntos de nações livres e independentes, tradução livre de um passado comum.

No caso português, uma obstinada inconsideração do que MacMillan designara, por “ventos da História”, e uma deficiente percepção do sentido da exigência dos interesses geoestratégicos dos poderes que marcaram o século XX, impediram soluções semelhantes, inspiradas nos propósitos da restauração da dignidade dos povos colonizados, de uma paz aberta ao futuro e acolhendo o sentimento prevalecente na comunidade internacional. Nem houve, sequer, soluções à prova; houve guerra, com termo que não nós honra. Transformaram-se, entretanto, em inimigos, povos que, durante séculos, tinham conhecido um outro convívio com as gentes portuguesas e durante treze anos sofreu-se uma guerra cruel e sem sentido que, disseminando a destruição no presente, minava, concomitantemente, as raízes mais profundas de uma relação multissecular, constituindo-se num sério obstáculo à criação das condições legitimadoras de um entendimento futuro.

O confronto pela hegemonia mundial, não podia alhear-se do desenvolvimento da luta naqueles territórios, quase todos com expressivo valor geoestratégico, além de, nalguns casos, serem detentores reconhecidos de matérias-primas de valor de primeira grandeza. A disputa de

Ano II	Volume III	Nº 5	Julho/Dezembro 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	------------	------	---------------------	----------------	----------------

influência e domínio das situações, pendeu para Leste, completamente livre que estava de compromissos estratégicos contraditórios para agir e agindo, com coerência irretocável, na linha dos princípios que postulava, por outras palavras, a liquidação total e completa das situações coloniais, com todas as consequências desfavoráveis ao opositor. A intervenção não poderia ter sido mais ostensiva, com a duração e a profundidade suficientes para criar raízes duradouras. A formação e o treino aturado e interessado ideologicamente de quadros nas universidades militares e civis, a sustentação aberta da guerra com armamentos, conselheiros e, mesmo, combatentes, o apoio e, até, a condução da movimentação diplomática, o financiamento da logística de combate.

É nestes momentos que se firmam acordos de cooperação em que tudo se cede, nalguns casos, até a independência que arduamente se luta, no fundo pouco mais do que uma retribuição com compensações avultadas pelo financiamento do combate e tudo o resto. Paralelamente, foi-se construindo, nos territórios das ainda colónias, o modelo de Estado do futuro, cópia fiel da matriz situada a Leste, por mais desadequada que se viesse a revelar mas, em todo o caso, pressupostos de garantia, para o futuro, de fidelidade de grande valia para a construção de um mundo que se supunha ainda possível.

Foi, por tudo isto, extremamente difícil o recomeço das relações entre Portugal e os novos Estados Africanos que falam português. Vitoriosos, apoiados numa superpotência ideologicamente inimiga do colonizador, enquadrados na Organização da Unidade Africana (OUA) e no Movimento dos Não-Alinhados, organizados em franca ruptura com a tradição colonial, as estruturas do Estado nascido na luta dominadas por quadros hostis, disputados violentamente, por todos os interesses internacionais, os mais implacáveis, plenos de esperança e firmes na convicção de que o fim do colonialismo seria, por si só, o início das venturas. Além disso, a impedir ou a envenenar afectos, as feridas ainda sangrando de uma guerra que podia ter sido evitada. O ressentimento não podia deixar de identificar o colonizador com o inimigo da véspera em consequência sem legitimidade aceitável para propor a retoma de uma relação fundamentada na amizade e na igualdade.

Houve, no entanto, em Portugal e nos países que haviam sido colónias portuguesas, apesar do sentimento nesse sentido ser pesadamente adverso, quem não tivesse desistido de meditar nas vantagens, quase diria na inevitabilidade histórica, da reconstrução de um espaço histórico-cultural, partilhado e enriquecido por todas as nações livres que se exprimem em português, no português que cada uma vai recriando e valorizando, no seu dia a dia, com o seu cunho nacional.

Ano II	Volume III	Nº 5	Julho/Dezembro 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	------------	------	---------------------	----------------	----------------

Aconteceu, também, a mudança dos tempos, que permitiu e aconselhou a reavaliação das convicções iniciais apreendidas em contexto diferente e, nalguns aspectos, surpreendendo, mesmo, os observadores mais treinados na previsão do futuro; as dores foram sofridas, os interesses reponderados e, paulatinamente as circunstâncias recriaram as condições propícias a uma reaproximação. Portugal e as suas antigas colónias outorgaram, então acordos de cooperação que consignaram ajudas consistentes da antiga potência colonial em todos os domínios da vida dos novos Estados e foram executados com presteza e lealdade; fez deslocar centenas de cooperantes portugueses, sobretudo para sectores nevrálgicos como a saúde e a educação que não puderam na circunstância, dispensar esforços de compreensão em momentos de tensão, muitas vezes impulsionados por outras cooperações adversárias, nalguns casos com objectivos políticos estratégicos.

Mesmo este facto da rápida consolidação das novas relações não pareceu, no entanto, suficientemente legitimador de qualquer proposta que resultasse de iniciativa do Estado português.

Das nações que também partilharam, conosco, séculos de um passado feito de História, só uma parecia reunir as condições ideais para desencadear o movimento que havia de levar à Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): O Brasil.

Assim o presente trabalho visa analisar a política externa brasileira e a sua importância no espaço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

### **A CPLP – Um dos Objectivos da Política Externa do Brasil**

O Brasil carrega uma dificuldade de origem nas suas escolhas políticas no mundo da lusofonia. O surgimento da CPLP coincide com um grande ciclo de retraimento das relações comerciais, diplomáticas e estratégicas com os países africanos<sup>2</sup>. As relações do Brasil com África nos anos 90 foram de ajustamento a um contexto atlântico menos relevante para a reinserção internacional do Brasil. Para trás ficaram os anos de activa cooperação mútua e empreendimento comuns sustentados na determinação do Estado brasileiro em desenvolver projectos económicos para a África, diversificando os parceiros do comércio internacional do país e subtraindo as dificuldades geradas pela vulnerabilidade energética dos anos 70 e parte da década de 1980. A própria

---

<sup>2</sup> Ver livro: Saraiva, José Flávio Sombra. O Lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias). Brasília: EDUNB, 1996, p.217-239.

Ano II	Volume III	Nº 5	Julho/Dezembro 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	------------	------	---------------------	----------------	----------------

sociedade civil brasileira perdeu, nos anos 90, parte do encanto anteriormente nutrido acerca das possibilidades da forte presença brasileira em África<sup>3</sup>.

Para os optimistas, a CPLP cria-se sem precipitações, prossegue caminho seguro e cauteloso, desconfiada que é das pressões que a rodeiam para que ela amadureça antes do tempo. Para esses a CPLP não se tornou a *chasse gardée* de nenhum país nem a caixa de ressonância de regiões mais carentes. Tão pouco se tornou numa burocracia autocentrada, egoísta, ávida por preservar-se e engendrar projectos paroquiais sem a observância dos custos, de metas exequíveis e da maximização das relações entre custo e benefício. Avança a CPLP como uma experiência de consensos construídos a partir de um novo diálogo de uma ex-metropole com as ex-colónias. A CPLP avança sem vacilar do que se poderia imaginar diante da presença proeminente do Brasil no arranjo comunitário. “A CPLP não é remédio para todos os males. Trata-se de um instrumento político-diplomático, destinado a promover a aproximação entre os seus membros e forjar parcerias. Não substitui, mas sim complementa e fortalece a acção bilateral. Os seus objectivos são de longo prazo, suas regras são democráticas, seu espaço aberto à colaboração de outros parceiros, públicos e privados, intra e extrazona”<sup>4</sup>.

Para os pessimistas, a CPLP cria-se de maneira equivocada, fazendo-se de “sonsa e esquiva” na sua missão de construção da concertação política no espaço dos países de língua oficial portuguesa. A CPLP, para os seus críticos, não disse ainda para que veio, não indicou o seu sentido de acção no plano internacional. Insistindo em não ser uma espécie de Organização dos Estados Americanos (OEA), ela (CPLP) parece contentar-se como uma espécie de laboratório de análise da situação catastrófica de alguns países africanos ou uma mera caixa de ressonância de problemas insolúveis. Por outras palavras, ela abdicará da sua condição de agente da política internacional dos Estados para contentar-se com o papel menor de organização não-governamental (ONG).

Depois da primeira gestão de quatro anos do secretário-executivo indicado por Angola, para seguir o critério alfabético e de um longo período de avaliação e indicação interna que se iniciou em Julho de 2000 e que envolveria nomes como os de José Gregori, Alberto Costa e Silva, Dulce Pereira entre outras personalidades brasileiras, o governo brasileiro teve como escolha última, a da directora da Fundação Palmares – Dulce Pereira. Dulce Pereira que fora a encarregada do

<sup>3</sup> Devem registrar-se, por exemplo, iniciativas recentes como a criação da Frente Parlamentar Brasil-África, no seio do Congresso Nacional, em 1999, e da formação de uma área dedicada aos países de língua portuguesa na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

<sup>4</sup> Avaliação do director do Departamento de África e do Médio Oriente, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, embaixador José Vicente Pimentel: *As Relações entre o Brasil e a África Subsahariana*. Revista Brasileira de Política Internacional. 43 (1), p.5-23, 2000.

Ano II	Volume III	Nº 5	Julho/Dezembro 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	------------	------	---------------------	----------------	----------------

processo de titulação das terras dos setecentos remanescentes de quilombos identificados no Brasil e do comitê brasileiro que se preparava para participar da Conferência da ONU de Combate ao Racismo que ocorreu na África do Sul em 2001. A secretária-executiva provinha dos meios mais nobres da militância afro-brasileira. Apesar de na altura não ser um nome tão conhecido no plano comunitário da CPLP, o prestígio advindo da sua coordenação da Primeira Conferência das Mulheres da CPLP, ocorrida em Salvador da Baía, em Janeiro de 2000, levou-a a que escolha recaísse sobre ela. Surgia assim uma nova oportunidade de aprofundar a CPLP, fazendo-a mais visível às sociedades civis e à própria comunidade internacional. Afirmar a sua vertente político-diplomático era a intenção da secretária-executiva brasileira. Mas a secretária-executiva Dulce Pereira cumpriu apenas um mandato apesar de ser reeleita, o Brasil preferiu indicar outra personalidade, o embaixador José Augusto de Médicis, para exercer o cargo de secretário-executivo por mais dois anos.

### **Brasil e os Países Africanos Língua Oficial Portuguesa**

O Brasil é visto nos PALOP com uma grande simpatia, como por exemplo o do seu desenvolvimento que lhe permitiu ser capaz de construir um razoável parque industrial, que vive uma democracia racial, com uma forte componente negra.

A tecnologia brasileira é vista como sendo mais barata e mais adaptadas aos países de menor desenvolvimento relativo e clima tropical do que aquela disponível nos países europeus, tradicionais fornecedores dos PALOP. São muito grandes, portanto, as possibilidades da chamada “Cooperação Sul-Sul”<sup>5</sup>.

O Governo brasileiro, embora ciente da grande expectativa dos PALOP em relação à cooperação, procura não deixar que a CPLP se transforme em mais uma agência internacional de ajuda aos mais necessitados.

Mas os países africanos têm uma certa dificuldade em aceitar que o Brasil ora se apresente como uma das maiores economias do mundo, ora se apresente como um país do terceiro mundo como os outros, ainda com gravíssimos problemas sociais por resolver.

São nesse sentido as declarações do antigo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luís Felipe Lampreia, em entrevista ao jornal Semanário “É preciso que se diga que a CPLP deve ter uma vertente de cooperação, mas o Brasil não está em condições de desenvolver um grande

---

<sup>5</sup> As pontes que ligam o Brasil à China, por meio da África do Sul e da Índia evidenciam essa política de cooperação.

Ano II	Volume III	Nº 5	Julho/Dezembro 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	------------	------	---------------------	----------------	----------------

esforço da ajuda externa, pela simples razão de que o Brasil tem uma população carente muito grande, um défice social, e não pode dar aos outros povos um apoio significativo antes de dar atenção prioritária ao seu próprio povo”

O Brasil tende, assim, mais para o lado da cooperação cultural. É o que demonstra a seguinte afirmação do Presidente Fernando Henrique Cardoso “A CPLP será a primeira comunidade onde a cooperação cultural vai puxar o resto, isto é, o desenvolvimento político e económico”. O Brasil não pode deixar de mostrar a disposição em prestar alguma cooperação aos países africanos no âmbito da CPLP. Para isso, o Brasil conta um instrumento valioso, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC)<sup>6</sup>.

A CPLP, cuja criação, acima descrevi foi promovida pelo Brasil, depende agora, para o seu pleno êxito, do empenhamento inequívoco do estratégico parceiro brasileiro.

As relações com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa são um dos pontos relevantes da política externa brasileira<sup>7</sup>, por três razões básicas: 1ª A posição estratégica do continente africano, que o torna como a fronteira avançada do território brasileiro<sup>8</sup>;

<sup>6</sup> Recorde-se que o Brasil se recusou a contribuir para o Fundo Especial (destinado a projectos concretos é composto por contribuições voluntárias públicas e privadas), alegando que o mesmo ainda não tinha uma moldura institucional adequada. Foi depois aprovado o Regimento do Fundo Especial, no Conselho de Ministros do Estoril em 1999, e o Plano Indicativo do Uso do Fundo Especial, foi aprovado na Cimeira de Maputo em 2000. A qual o Brasil passou a destinar 300 mil Reais. As contribuições brasileiras para a Comunidade são de 200 mil USD.

<sup>7</sup> O primeiro dos espaços atlânticos africanos que não se vinculam à CPLP é aquele que vincula o Brasil ao seu principal parceiro comercial na África, a Nigéria, um país que tem importância regional incontestável na África – com a maior população negra do mundo, seguida do Brasil – tem diplomacia altamente sofisticada, vive uma interessante transição para a democracia e tem vindo a propor uma concertação bilateral Brasil-Nigéria, em forma de comissão mista, para tratar de uma agenda internacional comum. O Presidente Obasanjo visitou o Brasil como presidente eleito em 1999. A Petrobrás reabriu escritório de representação em Lagos. Várias missões cruzam o Atlântico nesse momento em busca da construção dessa parceria estratégica. Nessa matéria nada fala melhor que os números: a partir de 1995, a Nigéria cresceu de forma bastante substantiva nas relações comerciais com o Brasil, alcançando quase um bilhão de dólares no ano de 1999. Haverá portanto, nos próximos anos, muitas sinergias a serem gastas com a Nigéria na área do processo decisório brasileiro. Isso pode significar uma redução relativa da ênfase à CPLP. Tal ocorre pelo reduzido envolvimento dos poucos agentes diplomáticos brasileiros, na actuação africana, pelo contraste entre resultados visíveis de uma cooperação com a Nigéria e uma política de cooperação com os PALOP, finalmente pela lógica realista dos custos e benefícios.

A segunda opção brasileira em África que também não se vincula ao espaço da CPLP é a África do Sul. Essa linha de acção explicita uma verdadeira redescoberta, por parte do sector empresarial e político no Brasil, daquele país depois do apartheid. A era Mandela e fase Mbeki, de forma crescente, atraem a atenção dos homens de negócio, da opinião pública e, portanto, do governo. Há uma representação diplomática de alto nível em Pretória e negócios crescentes. Acordos e relações entre instituições dos dois países têm proliferado nos últimos anos. O encontro entre os dois países dos ângulos meridionais dos dois continentes é, além disso, de incontestável valor estratégico.

<sup>8</sup> Os geopolíticos brasileiros permanecem fieis à dimensão oceânica do Brasil acrescentando-lhe, ao valor económico (o Atlântico é uma extraordinária fonte de recursos económicos, com a adopção do conceito de 200 milhas da sua Z.E.E. permitiu-lhe assegurar a exploração e exportação de riquezas como: produtos piscícolas, produtos alimentares tropicais, petróleo, gás, diamantes, manganês, cobre, estanho, cobalto, níquel etc.), a valia estratégica (as principais matérias primas estratégicas como o petróleo, ouro etc. passam pela Rota do Cabo constituindo-se assim na rota vital do mundo industrializado o que sublinha assim a importância do Atlântico Sul) de que a ocupação da costa atlântica africana, qualquer que seja a sua localização, por uma potência hostil ao seu país determinará alterações sensíveis políticas e até militares, visto que significará uma plataforma potencial de agressão ao saliente nordestino. Seja do ponto de vista do interesse da segurança brasileira, seja ainda, no que diz respeito a defesa do mundo ocidental, a África será o primeiro interesse estratégico do Brasil. A defesa do país começaria, assim, na outra margem atlântica, nas praias africanas, daí que alguns geoestrategas brasileiros defendam o “destino manifesto” pelo facto da posição do Brasil no oceano o articular directamente com cerca de 50 países.

Ano II	Volume III	Nº 5	Julho/Dezembro 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	------------	------	---------------------	----------------	----------------

2ª O facto de o continente africano reunir um número expressivo de países em via de desenvolvimento, do chamado Terceiro Mundo. Essa característica continental, aliada a percepção brasileira de que o Brasil é também um país em desenvolvimento, determinando o estabelecimento de estreitos laços de cooperação entre o Brasil e África, com o objectivo de vencer o desafio comum de superação do desenvolvimento;

3ª A última e mais importante de todas, e que está na origem da criação da Comunidade a – Língua Portuguesa<sup>9</sup>. Essas três razões permitem assim estabelecer os principais vínculos entre a política externa para África e o interesse nacional brasileiro.

Como vimos, a política brasileira procura assim integrar a dimensão estratégica de África á própria situação do Brasil, ampliando o recurso à herança cultural comum, estimulando o desenvolvimento e a capacidade de auto-sustentação de África, através da cooperação técnica, e procurando aumentar as opções internacionais da economia brasileira, através do comércio e dos projectos de produção conjunta com os parceiros africanos.

Falou-se bastante, no início da década 90, sobre a alteração na ênfase da política externa brasileira para o continente africano, sob a alegação de que as prioridades governamentais se voltariam para os países industrializados.

Porém, a necessidade de maior aproximação com os países ocidentais não representa um abandono das relações com os parceiros africanos. São caminhos paralelos que se complementam num quadro maior dos interesses brasileiros a longo prazo.

Deixando agora o domínio mais lato, e passando a descrição das relações de cooperação<sup>10</sup> entre o Brasil e os PALOP, é necessário recuarmos no tempo, para constatar que muito antes de se falar em CPLP, os governo brasileiro tinha iniciado nos anos 70<sup>11</sup>, mas particularmente a partir dos anos 80, programas de cooperação bilateral com os PALOP, sobretudo a nível dos sectores da educação<sup>12</sup>, da cooperação<sup>13</sup>. Assim até um passado recente, a cooperação brasileira

<sup>9</sup> “Sendo a língua portuguesa o traço de união que confere identidade aos membros da CPLP, é natural que a Comunidade se dedique a valorizá-la e a difundir-la. A implementação do IIPL e do Acordo Ortográfico são etapas cruciais dessa tarefa”. Embaixador José Vicente de Sá Pimentel, no texto (Relações Brasil-África Subsahariana).

<sup>10</sup> Nos estatutos da Comunidade, na b) do art. 3º. (objectivos) “a cooperação, particularmente nos domínios económico, social cultural, jurídico e técnico-científico”.

<sup>11</sup> A cooperação horizontal brasileira regista-se desde os anos 70, tradicionalmente apoiando o intercâmbio de pessoal, a formação de quadros e a troca de experiências com diversos países da América Latina e de África. Mais recentemente, a partir da criação da Agência Brasileira de cooperação (ABC), em 1987, esses intercâmbios intensificaram-se consideravelmente. Hoje, a cooperação técnica brasileira é reconhecida como importante fonte de soluções para problemas que também afligem diversos países em estágio de desenvolvimento semelhante ao do Brasil, destacando-se os intercâmbios na área da saúde, educação, agricultura e meio ambiente e, também, com grande importância por parte dos parceiros da cooperação horizontal brasileira, as áreas de desenvolvimento industrial e administração pública.

<sup>12</sup> A inauguração do Programa de Estudantes-Convênio (PEC), que oferece, bolsas de estudos a estudantes africanos para cursarem nas universidades e colégios técnicos brasileiros.



<b>Ano II</b>	<b>Volume III</b>	<b>Nº 5</b>	<b>Julho/Dezembro 2006</b>	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>ISSN 1807-1260</b>
---------------	-------------------	-------------	----------------------------	-----------------------	-----------------------

procurava atender os pedidos específicos apresentados pelos PALOP, sem necessariamente atentar para o conjunto das actividades que vinham sendo desenvolvidas com cada país. No final dos anos 80 e princípio dos anos 90, as autoridades brasileiras e portuguesas tinham iniciado consultas sobre a possibilidade de serem inauguradas acções trilaterais de cooperação envolvendo instituições brasileiras, portuguesas e dos PALOP. Na época acreditava-se que a soma das experiências e disponibilidades brasileiras e portuguesas em alguns sectores que já compunham a pauta de cooperação Brasil-PALOP e Portugal-PALOP<sup>14</sup> poderia surtir resultados mais favoráveis. As negociações da época não chegaram, todavia, a materializar-se num projecto de cooperação e, até a constituição da CPLP, o assunto foi abandonado.

A orientação que a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) criada em 1987, e os órgãos brasileiros em geral imprimem às suas acções a pautarem-se pelo princípio de que a essência do espírito da cooperação técnica é buscar de forma acelerada o desenvolvimento socio-económico dos parceiros, compartilhando as experiências bem sucedidas e técnicas disponíveis. Recorde-se que até muito recentemente, apenas a Agência contava com os recursos para aplicar em Cooperação Técnica Para o Desenvolvimento (CTPD). Em 2000, o Congresso Nacional aprovou uma emenda ao Orçamento de 2000, apresentada pelo ex-Presidente e senador José Sarney, atribuindo 2,5 milhões Reais exclusivamente para a cooperação com os países de língua portuguesa. Vários parlamentares comprometidos com a cooperação em língua portuguesa apoiaram a aprovação da emenda. Parte desses recursos foram dirigidos ao Fundo Especial da CPLP, e outras parcelas estão a ser utilizadas para apoiar financeiramente projectos de cooperação com a CPLP realizados no Brasil por instituições da sociedade civil.

Passando para o campo restrito das relações bilaterais entre o Brasil e cada um dos cinco países africanos de língua portuguesa, temos assim pela ordem de importância:

Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e a Guiné-Bissau.

---

<sup>13</sup> A Cooperação Técnica Para o Desenvolvimento (CTPD), tanto a recebida pelo Brasil quanto a horizontal, faz-se pela transferência de conhecimentos e experiências, em bases não comerciais, de forma a promover a autonomia dos parceiros envolvidos nos temas em questão. O seu objectivo é promover mudanças estruturais duradouras, que contribuam significativamente para acelerar o processo de desenvolvimento dos países parceiros. Essa transferência de conhecimentos entre os países cooperantes dá-se por meio de mecanismos específicos: os principais são a consultoria especializada, a formação de recursos humanos.

<sup>14</sup> Superado o trauma inaugural do período pós-colonial, Portugal iniciou um programa de cooperação com os Palop, conhecido por "5+1". Com a criação da CPLP, deixaram de ser realizadas as reuniões do tipo "5+1", mais a parte brasileira, com a devida atenção dos parceiros africanos, insiste em afirmar que a CPLP não é um esquema de "5+2"

Ano II	Volume III	Nº 5	Julho/Dezembro 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	------------	------	---------------------	----------------	----------------

## ANGOLA

Angola é o mais importante dos PALOP em termos de importância estratégica e económica, e aquele que para o Brasil constitui a terceira opção selectiva em África, senão a primeira em termos de prioridade real.

O estabelecimento dessa relação deu-se por volta dos meados do século XVI, com o motivo principal a ser o movimento de mão-de-obra, neste caso o tráfico de escravos. Durante cerca de três séculos, a economia de Angola, como fornecedora de escravos, girava em torno da produção brasileira, e o impacto era de tal ordem que, quando os holandeses tomaram parte do Brasil, foram levados a conquistar também parte do litoral angolano, incluindo Luanda, sua capital. Mais tarde, a capital angolana voltou a ser integrada no império português, com uma acção militar aconselhada pelo padre António Vieira<sup>15</sup>, financiada por comerciantes do Brasil, tendo a força sob comando de Salvador Correia de Sá, partido do Rio Janeiro.

Esse acontecimento histórico introduziu, por várias décadas uma alteração que podemos considerar de carácter institucional, porque grande parte da administração colonial e das forças armadas em Angola eram enviadas pelo Brasil, até mesmo no âmbito do Governador-Geral. Em seguida, no plano socioeconómico, um grande crescimento registrou-se no fluxo de escravos, e produtos brasileiros ou existentes no mercado brasileiro foram exportados para Angola, sobretudo bebidas e tecidos, contexto que prevaleceu até a abolição, legalmente decretada em Angola, vários anos antes disso ocorrer no Brasil.

Além de constituir um tipo de relacionamento pouco vulgar entre as duas colónias, esse contexto foi determinante para a configuração das duas sociedades, criando, nessa fase, as premissas do que seria definido por duas expressões consagradas em títulos de livros: Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freire, para o Brasil, e Feiras e Presídios, de Eugénio Ferreira, para Angola<sup>16</sup>. Nessa fase, era impossível compreender uma sociedade sem referência à outra, e ambas apresentavam duas características comuns: existiam em função de centros de decisão externos e eram fortemente resistentes à inovação, o que contribuiu para a lentidão com que evoluíram as duas economias e as duas histórias. Daí resulta que Angola seja uma opção natural e antiga do Brasil

---

<sup>15</sup> O Padre António Viera, foi um dos primeiros missionários jesuítas, que partiram com o 1º Governador-Geral do Brasil Tomé de Sousa, nomeado por D. João III.

<sup>16</sup> De dimensão bastante diferente, cada um desses livros trata dos perfis sociais decorrentes das duas (e ligadas) bases materiais: de um lado, uma sociedade baseada na grande agricultura de exportação, com uma rígida estratificação social, e do outro, uma sociedade assentada na troca elementar e na captura.

Ano II	Volume III	Nº 5	Julho/Dezembro 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	------------	------	---------------------	----------------	----------------

no continente africano<sup>17</sup>, plenamente coincidente com o espaço da CPLP. Como vemos, Angola possui assim os laços mais estreitos e profundos, enraizados na origem da Nação brasileira. Adequando-se à nova realidade político-estratégica da região, com o desaparecimento dos tradicionais aliados de orientação marxista-leninista, o governo fez importantes aberturas do ponto de vista político e económico. No final de 1990, o Governo angolano introduziu um Programa de Recuperação Económica, fortemente calcado no chamado Plano Brasil Novo. Mais recentemente o governo provincial de Luanda implementou o Programa “Merenda Escolar” fortemente baseado no Programa “Fome Zero” do governo do Presidente Inácio Lula da Silva. As importações angolanas, de produtos brasileiros rapidamente se estenderam a importantes contratos de bens industriais e equipamento, com relevo para o material de transporte<sup>18</sup>, movimento apoiado por uma linha de crédito brasileira. Essa linha de crédito tem como intenção alterar a queda do comércio angolano-brasileiro que recuou para os 90,918 milhões de USD em 1999<sup>19</sup>. Para além da linha de crédito, há o interesse da PetroBrás de vir aumentar a sua participação no offshore angolano, principalmente nas águas ultra profundas, e a conclusão das obras interrompidas por motivos de insegurança da barragem Capanda<sup>20</sup>.

## CABO VERDE

Fornecedor de serviços à navegação devido a sua posição estratégica no Atlântico, Cabo Verde é ponto obrigatório das rotas do comércio marítimo<sup>21</sup>, tendo desde sempre merecido especial atenção por parte do Brasil, uma vez que o arquipélago era essencial nas comunicações entre Portugal, Brasil e Angola. Mas a evolução da tecnologia marítima, porém, não deu lugar à adaptação da economia cabo-verdiana, que passou a viver em situação de crise permanente sob pressão de dois factores: a seca, no plano interno e a concorrência de portos vizinhos mais bem

<sup>17</sup> Já foi mencionado no presente trabalho que o Brasil foi, em 1975, o primeiro país não comunista a reconhecer a República Popular de Angola e a instalar a representação diplomática em Luanda. A quem afirme que o gesto brasileiro, mais do que uma atitude apressada e mercantilista, tendo em vista o promissor mercado angolano, decorreu de análise profunda da situação do país no momento da independência.

<sup>18</sup> Nos últimos quatro anos, surgiram em Luanda mais de duas empresas privadas de transportes colectivos de passageiros, as frotas são constituídas por veículos brasileiros.

<sup>19</sup> O comércio angolano-brasileiro em 1998, registou um volume de negócios que rondou por volta dos 131,573 milhões de USD. Itamaraty – MDIC/SECEX/sistema Alice, Brasília – 2000.

<sup>20</sup> O projecto Capanda é o maior projecto lançado pelo Estado angolano, na década de 80, é um projecto que visa a construção da barragem na zona de Capanda (Malange) que contribuiria para o melhoramento de abastecimento de energia eléctrica a cidade de Luanda, esse projecto tem a participação de técnicos soviéticos, brasileiros e angolanos, o equipamento empregue nessa obra é todo brasileiro uma vez que a empreitada está a cargo da empresa brasileira ODEBRECHT, o projecto foi interrompido devido ao reacender do conflito político-militar em Angola, recomeçou por volta de 2002.

<sup>21</sup> Desempenha essa função desde os séculos de navegação à vela e nos primeiros tempos da navegação a vapor.

Ano II	Volume III	Nº 5	Julho/Dezembro 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	------------	------	---------------------	----------------	----------------

equipados, como Dakar e Canárias, no plano externo. Daí residem as origens do atraso económico cabo-verdiano, no entanto conseguiu manter um equilíbrio razoável entre a oferta e a procura de bens de consumo corrente. Mas devido a sua moderação política durante o auge da Guerra Fria, veio a notabilizar-se pelo uso correcto dos financiamentos oferecidos pela comunidade internacional<sup>22</sup>, outro facto, e não menos importante reside no impacto das receitas dos imigrantes que assume aspectos de principal fonte de receitas do país. A natureza da sociedade cabo-verdiana e da sua diáspora explicam parcialmente o discurso político favorável e permanente sobre a CPLP. A decisão de estabelecer em Cabo Verde o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) contribui para essa percepção.

As relações entre o Brasil e Cabo Verde são muito estreitas. O comércio bilateral, pequeno em termos absolutos, vem crescendo geometricamente nos últimos cinco anos, passando assim Cabo Verde a ser o segundo parceiro do Brasil entre os PALOP, as exportações brasileiras em 1999, andaram por volta dos 7,3 milhões de USD<sup>23</sup> e a cooperação técnica brasileira abrange quase todas as áreas de actividade socio-económica de Cabo-Verde, desde a formação de diplomatas, treinados pelo Instituto Rio Branco, até a completa reestruturação da administração pública do país, a cargo da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP).

## MOÇAMBIQUE

Moçambique é um dos países que se encontra no ranking dos países mais pobres do mundo<sup>24</sup>. Mas desde os últimos dez anos, que vem vivendo um clima de estabilidade político-militar, o que lhe permitiu obter um crescimento económico próximo dos 6 % em 2000 e cerca de 10% em 2001, o que constitui assim com Cabo Verde os dois únicos países dos PALOP que registaram um certo crescimento económico, que lhes permitiu “granjear” uma certa simpatia por parte da comunidade internacional, nomeadamente a do perdão da sua dívida externa, como se verificou muito recentemente com o perdão da dívida externa moçambicana, o Brasil foi assim um dos países que cancelou a dívida externa de Moçambique “sinto-me igualmente satisfeito em

<sup>22</sup> Segundo o último relatório das Nações Unidas sobre os Países Mais Pobres, Cabo Verde foi retirado desse ranking passando a pertencer ao grupo dos Países Menos Avançados (PMA), o que acaba por pôr fim a ajuda e os benefícios que recebia no âmbito daquele programa, passando agora a receber ajuda de acordo os PMA, Esse desenvolvimento permitiu-lhe melhorar a sua posição a nível internacional em termos de boa governação, pela implementação da democracia, pelo respeito dos valores humanos, etc.

<sup>23</sup> Itamaraty – MDIC/SECEX/sistema Alice, Brasília – 2000.

<sup>24</sup> O grande desequilíbrio da balança comercial e os elevados níveis pobreza, colocam Moçambique no 168º lugar do Índice desenvolvimento Humano (IDH). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) 2005. Human Development Report 2005. International Cooperation at Crossroads. Aid, Trade and Security in an Unequal World. New York: UNDP, p.222.

Ano II	Volume III	Nº 5	Julho/Dezembro 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	------------	------	---------------------	----------------	----------------

antecipar a Vossa Excelência, Presidente Joaquim Chissano, que o Brasil está em condições de traduzir em novas medidas o seu apoio a que Moçambique supere as recentes adversidades e mantenha o índice de crescimento económico e progresso social alcançado na última década. No uso das minhas prerrogativas, tomei a decisão de autorizar redução em 95 % da dívida moçambicana com o Brasil”<sup>25</sup>.

Apesar das relações entre o Brasil e Moçambique serem menos densas que as existentes com Angola, são também exemplares do ponto de vista político, cultural, de cooperação e económico. A Companhia Rio Vale Doce planeia a viabilização do Projecto de Carvão de Moatize gigantesco empreendimento que pode transformar-se na base do desenvolvimento económico do país, uma vez que os dois eixos da economia moçambicana assentam actualmente no investimento estrangeiro industrial e de infra-estrutura no “corredor de Maputo”<sup>26</sup> e as jazidas de gás natural no centro do país.

## **SÃO TOMÉ e PRÍNCIPE**

São Tomé e Príncipe é o menor dos PALOP e único onde o Brasil não possui uma embaixada residente<sup>27</sup>. As relações entre as ilhas de São Tomé e Príncipe e o Brasil são antigas, resultam do quadro do relacionamento directo baseado na mão-de-obra, as vezes como ponto de passagem entre a Angola e Brasil (século XVI e começo do XIX)<sup>28</sup>.

As relações do Brasil com São Tomé e Príncipe sempre foram correctas, mas nunca tiveram densidade, pelo pequeno tamanho do país e seu alinhamento automático com o bloco socialista. O Governo brasileiro acompanhou com interesse o processo de democratização do país no propósito de estabelecer uma cooperação bilateral mais ampla e mais proveitosa.

Durante a cerimónia de abertura da V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, o Presidente brasileiro mencionou a importância da CPLP na estabilidade política de países como

<sup>25</sup> Discurso do Senhor Presidente da Republica Federativa do Brasil (Fernando Henrique Cardoso), na III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Maputo 2000.

<sup>26</sup> O porto de Maputo é o mais próximo da zona industrial de Joanesburgo que qualquer outro porto da própria África do Sul. Daí à actual recuperação dessa vantagem, que se torna, cada vez mais, o eixo central da economia moçambicana.

<sup>27</sup> A missão de São Tomé e Príncipe é cumulativa com a de Luanda

<sup>28</sup> “Durante a ocupação do trono português pelos Felipes os holandeses, em guerra com a Espanha, atacaram e ocuparam muitos dos domínios ultramarinos portugueses. Os ataques contra o Brasil começaram em 1590, ocupando os holandeses a Baía em 1624 e Pernambuco em 1630. Em 1637 chegou ao Brasil o conde Maurício de Nassau e preparou uma expedição que em Agosto 1641, se apoderou de Luanda e pouco depois de São Tomé....em Maio de 1642 Francisco de Andrade Leitão foi a à Haia com a missão de exigir a restituição de Luanda e de S.Tomé. A sua missão não teve qualquer êxito pois, ao retirarem-se em Junho de 1644, os Estados Gerais declararam oficialmente que Angola, S.Tomé e o Maranhão eram conquistas legítimas, não tendo a Holanda infringido o tratado de 1641.Assim, em 4 de Agosto de 1645, os portugueses derrotaram os holandeses em Tabocas e em 9 de Abril de 1648 em Gararâpes; em fins de 1648 uma frota portuguesa, ida do Brasil, sob o comando de Salvador Correia de Sá, libertou Luanda e, em pouco meses S.Tomé”. in José Calvet de Magalhães Breve História Diplomática de Portugal.

Ano II	Volume III	Nº 5	Julho/Dezembro 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	------------	------	---------------------	----------------	----------------

São Tomé e Guiné-Bissau. Durante a Conferência o Presidente brasileiro ofereceu bolsas de estudo, ajuda no combate as doenças como a malária, e a SIDA “temos especial urgência em apoiar a África na luta contra o ciclo mortal de violência e fatalidade que atravessa. O Brasil anunciou junto com outras nações na recente conferência contra a SIDA de Banguécoque a contribuição para produzir remédios a preços mais reduzidos”<sup>29</sup>. Recorde-se que São-Tomé e Príncipe é um dos países onde a epidemia da malária tem uma taxa de incidência muito elevada, junto dos seus 120 mil habitantes, ao que se junta ainda o facto de se encontrar na 126ª posição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2005<sup>30</sup>. Espera-se que a descoberta e a exploração de petróleo permita a este país alterar esta posição.

## GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau que desde 1998 se encontra a viver um clima de instabilidade política, possui relações estreitas com o Brasil, que se lastreiam na cooperação técnica e cultural, sendo o comércio bilateral pouco relevante. O governo brasileiro vem acompanhando, com muita atenção, o processo político guinense em direcção as práticas democráticas e aspira cooperar cada vez mais com a Guiné-Bissau em busca do desenvolvimento económico e social do país. A quando da visita ao Brasil, o ex-Primeiro-Ministro guinense Francisco Fadul expressou o agradecimento do seu país pelo empenhamento do Brasil em particular, e no geral pela a CPLP na solução da crise guinense de 1998, foi assim, que na abertura da V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP que o presidente do Brasil Lula da Silva afirmou a importância da Comunidade na estabilidade política de países como a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

O presidente brasileiro na última Conferência da Comunidade aproveitou para realçar “Como presidente da Comunidade, busquei apoio internacional para a recuperação económica e política da Guiné-Bissau. Em parceria com a Índia e Africa do Sul, o Brasil deu o primeiro passo ao criar um fundo social que ajudará a financiar o processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau”<sup>31</sup>.

<sup>29</sup> Discurso do Senhor Presidente da Republica Federativa do Brasil (Luís Inácio da Silva), na V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em São Tomé 2004.

<sup>30</sup> Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) 2005. Human Development Report 2005. International Cooperation at Crossroads. Aid, Trade and Security in an Unequal World. New York: UNDP, P.221.

<sup>31</sup> Discurso do Senhor Presidente da Republica Federativa do Brasil (Luís Inácio da Silva), na V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em São Tomé 2004.

Ano II	Volume III	Nº 5	Julho/Dezembro 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	------------	------	---------------------	----------------	----------------

Recorde-se que a Guiné-Bissau está pior em relação aos outros PALOP, uma vez que vem recuando sucessivamente na tabela do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ocupando actualmente a 172ª posição.

## **BRASIL e TIMOR-LESTE**

O Brasil manteve desde sempre relações diplomáticas intensas com a Indonésia, com recepções ao Ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, na altura, Ali Alatas e ao Presidente Suharto. O que levava o Brasil a ter uma posição muito especial e cautelosa quando se referia a um assunto tão especial para Portugal, como o de Timor-Leste.

O ex-Presidente Itamar Franco defendia autodeterminação de Timor-leste o que contrariava a posição oficial do governo brasileiro de altura. O Brasil viria alterar a sua posição com o Presidente Fernando Henrique Cardoso<sup>32</sup>, essa alteração foi visível aquando da mobilização brasileira, na sequência dos massacres ocorridos em Díli logo após o referendo de Agosto de 1999, pode ser verificada pelo número de pessoas, ligadas a diversos sectores da sociedade, que procuraram a parceria do Ministério das Relações Exteriores com o objectivo de poder realizar acções de cooperação e ajuda humanitária<sup>33</sup>.

A visita do presidente Xanana Gusmão ao Brasil, levou o Presidente brasileiro a garantir que o seu governo e a sociedade brasileira estão comprometidos com a reconstrução e o progresso de Timor<sup>34</sup>. Na III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade o Presidente brasileiro voltava a reafirmar a intenção do estabelecimento de relações bilaterais entre os dois países, como também apoiava a inserção de Timor-Leste nos fóruns internacionais como a CPLP “Permita-me saudar a presença entre nós do Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense, Xanana Gusmão. A incorporação de Timor-leste à CPLP como Membro Pleno é aguardada com grande expectativas por todos nós. Hoje, perante os nossos parceiros e amigos

<sup>32</sup> No comunicado final da Cimeira constitutiva da CPLP o Presidente brasileiro, conjuntamente com os seus homólogos reafirmaram “Os Chefes de Estado e de Governo receberam, no decurso da sessão, uma delegação da Comissão Coordenadora da Frente Diplomática da Resistência Timorense, que fez uma intervenção expondo as suas preocupações pela situação prevalecente em Timor-Leste e a sua luta pela liberdade e dignidade do Povo timorense, designadamente pelo exercício do seu direito inalienável à autodeterminação. Os Chefes de Estado e de Governo reiteraram a sua firme disposição em promoverem acções concertadas visando garantir o respeito pelos Direitos Humanos e pelas Liberdades Fundamentais no território e a obtenção de uma solução justa, global e internacionalmente aceitável para a questão de Timor-Leste, no pleno respeito pelos legítimos direitos e aspirações do seu Povo, em conformidade do Direito Internacional.” Lisboa, a 17 de Julho de 1996.

<sup>33</sup> O Colégio Pitágoras, de Belo Horizonte está a concluir, juntamente com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) um projecto, a ser prontamente implementado, para formação de professores em Timor-Leste.

<sup>34</sup> A questão de Timor Loro Sae constitui um caso de máxima atenção devido as destruições generalizadas causadas pelas milícias patrocinadas pela Indonésia, após o referendo, o que leva a exigir um grande esforço de investimento para a reconstrução das infra-estruturas.

Ano II	Volume III	Nº 5	Julho/Dezembro 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	------------	------	---------------------	----------------	----------------

da CPLP, reafirmo o compromisso, como já o fizemos ao abrir este ano o nosso escritório de representação em Díli<sup>35</sup>.

## **BRASIL e PORTUGAL**

Para podermos compreender o modo futuro do funcionamento interno da CPLP, será necessário termos uma ideia geral daquilo que constitui as relações vividas entre os dois países mais fortes dessa comunidade.

O relacionamento bilateral luso-brasileiro ou vice-versa, na última metade do século XX, nunca tinha passado de uma evocação platónica e nostálgica da história e da memória.

Este longo percurso histórico terá determinado que a metáfora familiar seja frequentemente invocada quando se abordam as relações entre Portugal e o Brasil: a família é um núcleo carregado de afectos, mas também de tensões. O grau de parentesco serviu como o indicador da vinculação dos dois países: primeiro, a ideia de “mãe-pátria” e de “filho dilecto” retratou a desigualdade do vínculo entre o Brasil e Portugal durante a colonização, depois a metáfora dos “irmãos” introduziu uma noção de maior igualdade, embora implicando ainda algum grau de conflito pois amam-se mas disputam entre si.

Um conjunto de razões de natureza política<sup>36</sup> e económica, em ambos os países contribuíram para essa situação. Os contactos políticos, ao nível governamental, eram esparsos, e só muito raramente feitos ao mais alto nível. A nível diplomático, as relações eram enquadradas por um conjunto de instrumentos antiquados. Basta lembrar que não existia, sequer, qualquer Tratado celebrado entre as duas democracias<sup>37</sup>.

<sup>35</sup> Discurso do Senhor Presidente da Republica na III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

<sup>36</sup> A posição do presidente brasileiro Jânio Quadros de contrariar na ONU, a posição tradicional do seu país de apoio a Portugal, no âmbito da política colonial do Estado Novo (Pós fim a Comunidade Luso-Brasileira, que vinculava Portugal e as suas possessões ultramarinas e o Brasil independente, celebrado no século XIX). O reconhecimento, imediato, das independências das ex-colónias portuguesas em 1974 e o estabelecimento logo a seguir pelo governo do general Ernesto Geisel, de relações diplomáticas intensas e de formas de cooperação activa com os novos países. O episódio do asilo político ao general Humberto Delgado. etc.

<sup>37</sup> No início do século XX, com a Independência do Brasil já consolidada, destacam-se as manifestações de Sívio Romero, em favor da Federação Luso-Brasileira. O Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal è assinado em 1953, foi complementado em 1966 com os acordos de cooperação. Em 1971, foi assinado o Tratado de igualdade de Direitos e ratificado em 22 de Abril de 1972. Foi Tratado que esteve em vigor durante anos mesmo após a instalação das democracias nos respectivos países. Uma série de acordos parcelares e dispersos celebrados depois do 25 de Abril, ainda com os governos da ditadura militar brasileira. A título de exemplo refira-se que, na época, as relações bilaterais estavam bloqueadas por uma espécie de “diplomacia do conflito”. Conflitos menores, mas aparentemente insolúveis, como a disputa dos dentistas ou os desentendimentos sobre o Acordo ortográfico eram suficientes para bloquear relações, dificultar contactos, ou superar obstáculos, o reconhecimento de diplomas do ensino superior e no acesso de cidadãos brasileiros ao território português.



Ano II	Volume III	Nº 5	Julho/Dezembro 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	------------	------	---------------------	----------------	----------------

A nível económico, as relações eram inexpressivas, tanto no comércio bilateral como investimento directo português no Brasil ou vice-versa. Existia pouco mais que o chamado “mercado da saúde”<sup>38</sup>.

A nível cultural, o activo de uma língua comum falada por mais de 170 milhões de seres humanos e de uma história forjada num destino partilhado, era sistematicamente depreciado.

A democratização de Portugal, desde 1974, e a do Brasil, iniciada dez anos mais tarde<sup>39</sup>, também constituem factos cruciais para viabilizar a CPLP. Destaca-se, neste contexto, o discurso do Embaixador Celso Amorim na ONU em 1993. Ao enfatizar a democratização e a crescente estabilidade do Sul, que favorecem a cooperação entre esses países, o chanceler alude especificamente à CPLP: “Mais que uma forma de expressão, a lusofonia é a marca de uma atitude, uma forma de ser e de viver, voltadas para a tolerância e o convívio aberto entre os povos”<sup>40</sup>.

A partir de 1993, e para ultrapassar as dificuldades, os dois governos decidiram reforçar as relações e aprofundar a acção. “Diálogo” foi a fórmula adoptada como meio privilegiado de resolução de diferendos, nomeadamente os problemas de acesso profissional que afectavam dentistas e outras profissões liberais. Em termos de acção foram passados, por exemplo, desde então em revista todos os Acordos, Convenções e Protocolos, propostos ou já assinados entre os dois países<sup>41</sup>.

Realizaram-se encontros de todos os agentes culturais portugueses e luso-brasileiros no Brasil, tais como os Gabinetes de Leitura, Centros Culturais, titulares de Cátedras de estudos portugueses, leitores das Universidades e um conjunto de universitários, expoentes da cultura

<sup>38</sup> Desde o início do século XVI que o Brasil passou a ser associado à imagem do sucesso financeiro de uma colónia que alimentava a metrópole; à medida que foram descobertas novos recursos, essa função de fornecedora de riqueza foi-se tornando cada vez mais evidente. A consciência crescente do potencial brasileiro, aliada às taxas elevadas sobre os súbitos na colónia, aos erros da administração e as frivolidades da Corte portuguesa que conduziu à ruptura entre a Coroa e as classes dominantes e, por fim, à independência. A partir de meados do século XIX, Portugal iria representar outro papel no Brasil: o de fornecedor de imigrantes. De origem humilde, concentrados na actividade comercial e portanto com inserção social mais facilitada, a proximidade com a população torná-los-ia alvos de contestação e de ironias, assim como bodes “bodes expiatórios” de alegados males da sociedade brasileira.

<sup>39</sup> “A revolução portuguesa, que foi democrática e pluralista, influenciou positiva e decisivamente a transição democrática espanhola e, na década de 80, todo o processo de democratização da América Latina e, obviamente, do Brasil. O historiador e politólogo americano Samuel Huntington refere mesmo que a “Revolução dos Cravos” foi o primeiro impulso – o sinal – para o início da “terceira vaga” de revoluções democráticas que ocorreram no Mundo desde os fins da década de 70”. Mário Soares in: Fernando Henrique Cardoso e Mário Soares – O Mundo em Português – um diálogo.

<sup>40</sup> A Palavra do Brasil nas Nações Unidas, p.567. Nesse discurso, o chanceler retoma os três Ds (Desarmamento, Desenvolvimento e Descolonização) do discurso brasileiro em 1963, substituindo, contudo, a Descolonização pela Democratização.

<sup>41</sup> Foi assinado o Acordo de Transporte e Navegação Marítima, fundamentais para o relançamento das relações económicas bilaterais. Foram trocadas notas de ratificação dos Acordos de Extradução e de Mútuo Auxílio em matéria Penal. Foi ratificado e publicado o Acordo de Segurança Social importante para comunidade portuguesa no Brasil, foi aplicado o acordo que criava um Grupo de Cooperação Consular, ao abrigo do qual foram tratadas as questões de acesso dos nacionais de um país ao território do outro. Foram ainda desenvolvidos esforços para a conclusão do Acordo Ortográfico.

Ano II	Volume III	Nº 5	Julho/Dezembro 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	------------	------	---------------------	----------------	----------------

portuguesa no Brasil, actos de reconhecimento pelo patriotismo, competência e dinamismo dos agentes que têm, ao longo dos anos, servido de verdadeiros embaixadores da cultura portuguesa no Brasil. Foi dada a conhecer a política cultural do Governo português e conjugados os esforços de todas as instituições com a finalidade de potenciar essa política cultural através de actuações concertadas. Abriram-se Centros Culturais em território brasileiro e renovou-se uma rede consular, dedicada não só às atribuições consulares tradicionais mas também a um apoio comercial e cultural sob coordenação da Embaixada. Este conjunto de iniciativas visava remediar algum desgaste da imagem de Portugal, complementada pelo desinteresse do lado brasileiro em actualizar. O governo de Lisboa empenha-se em passar no Brasil uma imagem mais conforme à realidade actual do país.

O Instituto do Comércio Externo de Portugal (ICEP) lançou campanhas de promoção da imagem de Portugal no Brasil tendo em conta o papel determinante do Brasil no MERCOSUL e na bem sucedida participação de Portugal na União Europeia. Realidade tanto mais importante quanto os dois grandes espaços de integração regional celebraram, em 15 de Dezembro de 1995, um Acordo-Quadro de Cooperação Comercial e Económica destinado a lançar, a médio prazo, as bases de uma grande zona inter-regional de livre comércio e associação entre a Europa e a América do Sul<sup>42</sup>. Neste contexto, o diálogo luso-brasileiro assume um papel de extrema importância para ambos os países, nas respectivas zonas de influência, e pelas perspectivas abertas para as relações globais entre os dois continentes. Apesar de tudo, é inegável o movimento de aproximação e a franca comunidade do afecto que une os dois povos, assim como a consciência, dos dois lados do Atlântico, de que as relações luso-brasileiras revestem um carácter especial, a que o conceito de “luso-tropicalismo” de Gilberto Freyre deu corpo. No entanto, o desenvolvimento das relações culturais e dos laços afectivos não impediram que o relacionamento económico, comercial e financeiro bilateral permanecesse modesto até 1996<sup>43</sup>. A partir daqui deu-se uma viragem radical desta situação, não se tratou apenas de um reencontro. Tratou-se do início de uma “nova descoberta” de cada um dos Estados, feita em relação ao outro. Deixando para trás as relações bilaterais entre ambos os países que não ultrapassavam senão os limites do formalismo, pôs fim a quadratura na qual a diplomacia de punhos de renda se

<sup>42</sup> Estes acordos, inscritos na designada “quarta geração” de acordos EU-MERCOSUL, são contraídos não só pela Comunidade Europeia, mais também pelos países membros. O seu objectivo é a preparação de uma associação de carácter político e económico, promovendo a liberalização progressiva e recíproca das trocas até constituir uma zona de comércio livre de acordo com as normas da Organização Mundial do Comércio (OMC).

<sup>43</sup> A “opção Brasil” foi consolidada, simbolicamente, num compromisso do Primeiro-Ministro português António Guterres onde a sua primeira visita oficial bilateral seria ao Brasil, acompanhado de uma extensa e qualificada delegação política, empresarial, académica e cultural, ocorreu entre 14 e 23 de Abril de 1996.

Ano II	Volume III	Nº 5	Julho/Dezembro 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	------------	------	---------------------	----------------	----------------

esmerava em exaltar a convivência fraterna e os traços culturais comuns. Esquece-se, em certa medida, da frase do Embaixador Negrão de Lima que, quando designado pelo Presidente Juscelino Kubitschek para substituir Álvaro Lins em Lisboa, nos tardios anos 50, insistia que tinha apenas um ponto na agenda: “amar Portugal”<sup>44</sup>.

Um Portugal confiante no futuro, membro da União Européia, candidato e fundador do euro, dotado de lideranças empresariais renovadas, havia assim “despertado” subitamente, de uma longa letargia que o levou quase duas décadas, a não olhar para “além-mar”. Portugal que até então, mal se tinha apercebido que “o velho Brasil” da pós-ditadura, da década 80 e início dos 90, estava a acabar.

O “velho Brasil” da hiper-inflação, dos desequilíbrios macroeconómicos insustentáveis, do proteccionismo, da moeda não convertível, da espiral de pobreza absoluta e da insegurança, da falta da credibilidade externa – esse “velho Brasil” começava, gradual e seguramente, a desaparecer sob o impulso reformador do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do seu bem sucedido “Plano Real”<sup>45</sup>. Foi aqui que nasceu o “novo Brasil” que começou a consolidar-se desde esse tempo. O “novo Brasil” com finanças públicas saneadas, com uma nova moeda credível nos mercados e nas instituições financeiras internacionais, com um processo de real abertura da economia quer ao investimento directo estrangeiro quer ao comércio internacional, com o lançamento de programas activos de combate à pobreza absoluta. O “novo Brasil” com crescente afirmação internacional como grande potência, liderando a criação de um novo espaço de integração regional o – Mercosul, aberto a um relacionamento privilegiado com a União Europeia<sup>46</sup>.

Esta “nova descoberta” criou um enorme capital de confiança política, empresarial, económica entre as duas sociedades. Foi sobre este capital de confiança que se lançou, construiu e começou a concretizar, em 1996 e anos seguintes, a prometida nova prioridade da política externa portuguesa<sup>47</sup>. O momento possibilitou a uma “engenharia” política nova entre o Brasil e Portugal no quadro da actuação bilateral, com impactos na formação do espaço comunitário da

<sup>44</sup> LINS, Álvaro Missão em Portugal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960, p.448.

<sup>45</sup> Plano Real é o Programa de estabilização económica cuja a primeira fase começou durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso no Ministério das Finanças e chegou à sua fase decisiva com a entrada em circulação da nova moeda, o real, em Julho de 1994.

<sup>46</sup> O ex-Presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso explica muito bem “o novo Brasil” in Fernando Henrique Cardoso e Mário Soares – O mundo em português – um diálogo.

<sup>47</sup> A partir desta altura a “opção Brasil” passou a constar de todos o programas de governos portugueses, por exemplo no XV governo constitucional dirigido por José Manuel Durão Barroso, no 2º ponto designado por Política Externa defendia “reforçar a relação privilegiada com o espaço lusófono, nomeadamente através da projecção de valores e interesses nos PALOP, no Brasil e em Timor”.

Ano II	Volume III	Nº 5	Julho/Dezembro 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	------------	------	---------------------	----------------	----------------

CPLP. Os investimentos portugueses no Brasil<sup>48</sup> o turismo crescente de lado a lado, a presença portuguesa nas comemorações da viagem de Cabral, a consolidação dos Tratados de Porto Seguro em Abril de 2000<sup>49</sup>, entre outros aspectos, modificando-se assim a letargia do passado recente.

Os quatro eixos que alimentaram a aproximação entre Portugal e o Brasil nos últimos cinco anos e prepararam a nova relação estratégica entre os dois países, são:

1. A estratégia internacional da economia portuguesa que aposta crescentemente no mercado brasileiro como um dos seus mais importantes componentes<sup>50</sup>;
2. A tendência, em médio prazo, do reforço crescente das interligações entre a União Europeia e o Mercosul<sup>51</sup>;
3. A revalorização, de forma menos eufórica e mais pragmática, do capital político alicerçado pela presença importante da comunidade portuguesa no Brasil e de uma crescente comunidade brasileira em Portugal, bastante bem integradas nos respectivos países de acolhimento;
4. A utilização da plataforma atlântica portuguesa para fazer uma ponte utilitária entre o Brasil e a África intermediando negócios e valorizando a própria política africana de Portugal e do Brasil<sup>52</sup>.

Também nas Cimeiras Ibero-Americanas encontrou-se um novo fórum para exercitar, no plano multilateral, a coordenação dos países nas posições e interesses comuns em torno da consulta política e da cooperação. Únicos países lusófonos do grupo ibero-americano, é natural que o Brasil e Portugal se associassem no diálogo com os seus parceiros hispânicos dentro desse quadro.

<sup>48</sup> O investimento português no Brasil, de 87,3 milhões de contos em 1997, subiu para 140 milhões de contos em 1998, e 198 milhões de contos em 1999, conforme Fernando de Sousa, no seu discurso de abertura das III Jornadas de Relações Internacionais: Portugal, o Atlântico e o Brasil, Universidade Lusíada, Porto, Portugal, 22 de Maio de 2000. (separata)

<sup>49</sup> É o novo Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, assinado em Porto Seguro em 22 de Abril de 2000, como consequência da acção desenvolvida. É um documento que racionaliza o estado actual das relações entre os dois Estados mais virados para o futuro.

<sup>50</sup> Portugal encontra-se hoje entre os cinco países que mais investimentos têm realizado na economia brasileira. (banca e serviços financeiros, telecomunicações, energia, cimento e pasta de papel, distribuição alimentar, turismo etc.) O Brasil também impulsiona alguns empreendimentos importantes em território português. As relações comerciais entraram num ciclo de ampliação de pauta e volume.

<sup>51</sup> Apesar das dificuldades que relações bilaterais especiais geram no contexto mais amplo de aproximação dos projectos de integração regional, mecanismos próprios de negociação têm sido construídos. Um exemplo é a ratificação de Portugal ao Tratado de Schengen (que regula a livre circulação de pessoas na União Europeia), o que beneficiara a concessão de direitos civis e políticos a brasileiros em Portugal e na Europa, numa perspectiva evolutiva. Outro exemplo de proposta de trabalho na direcção de aproximação bilateral no novo contexto Mercosul-União Europeia é a troca de experiências no campo das drogas. O observatório da Droga da União Europeia, em Lisboa, é um modelo que poderá a vir a ser aproveitado pelo Brasil no contexto do Mercosul.

<sup>52</sup> Esse esforço foi expresso na Primeira Cimeira África-Europa, no contexto da presidência portuguesa da União Europeia, em Abril de 2000, na cidade do Cairo, Egipto.

Ano II	Volume III	Nº 5	Julho/Dezembro 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	------------	------	---------------------	----------------	----------------

Da mesma forma, em todos os órgãos das Nações Unidas e em outras instâncias internacionais Portugal e o Brasil concertam posições, apoiam reciprocamente candidaturas nacionais e procuram demonstrar perante terceiros a solidariedade que os une e a confluência dos ideais que ali defendem (o caso de Timor é um bom exemplo).<sup>53</sup>

O facto da primeira viagem de Estado do Presidente Lula da Silva ter sido a Portugal é significativo, cumpre assim com uma prática habitual do Estado brasileiro.

Apesar de tudo, há alguns elementos que merecem ponderação:

- As relações entre o Brasil e Portugal são importantes para os dois países;
- Esse relacionamento deve parecer importante perante ambos protagonistas; por outras palavras, se é verdade que para Portugal não se coloca a ideia de desistir de manter relações privilegiadas com o Brasil, é decisivo que este tenha a mesma percepção e de igual intensidade<sup>54</sup>;
- Esse relacionamento deve parecer importante perante os estrangeiros, que observam e comentam a singularidade de tais vínculos.

## CONCLUSÃO

As prioridades que hoje parecem prevaletentes ficaram delineadas anteriormente, e correspondiam à ocupação, à estabilidade territorial e ao desenvolvimento, isto é, uma continentalidade consolidada e próspera que possa ser suporte da atlanticidade que constitui o elemento insubstituível do conceito estratégico nacional brasileiro.

A grande potência continental ou, mesmo, intercontinental, resultante da interacção destes dois factores, está no horizonte próximo. Grande potência política e económica de todo o espaço em referência, país multiracial, país lusófono, e líder natural do mundo que teve a colonização portuguesa como traço comum.

A ideia da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa parece ter sido, indiscutivelmente, de origem portuguesa. Recorde-se que por ocasião da sua visita oficial a Cabo Verde em 1983, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros Jaime Gama sugeriu mesmo, num discurso, a designação de “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”. Porém, não é menos

<sup>53</sup> Posição que o Brasil assumirá somente com o discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso por ocasião da Fundação da CPLP, uma vez que o Itamaraty sempre apoiou a ocupação de Timor pela Indonésia.

<sup>54</sup> É uma forma de contrariar a opinião de que o Brasil, enquanto pólo económico emergente, perseguindo uma estratégia de inserção na economia global que não decorre de um ajustamento à pressão do seu mercado interno, por força de factores exógenos, não necessita de Portugal enquanto elemento indispensável para actuar na globalização.

Ano II	Volume III	Nº 5	Julho/Dezembro 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	------------	------	---------------------	----------------	----------------

certo que, no período mais recente, quando se discutia a sua institucionalização e configuração, foi evidente o protagonismo do Brasil. Ao confirmar esta situação, os Ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e do Brasil, respectivamente Durão Barroso e Celso Amorim, numa entrevista conjunta, apresentaram-se em perfeita sintonia sobre a Comunidade “a criar”. Durão Barroso não só apoiava “calorosamente” a iniciativa, como afirmava que o governo de Cavaco Silva “estava comprometido na concretização da Comunidade de Países de Língua Portuguesa”. Por outro lado, na cerimónia de boas-vindas oferecida ao Corpo Diplomático em Janeiro de 1994, o Presidente Mário Soares reiterava o seu “decisivo apoio à iniciativa do presidente brasileiro Itamar Franco” e reconhecia o importante papel do embaixador brasileiro José Aparecido de Oliveira “como impulsionador desta proposta do Itamaraty”.

No discurso proferido no dia da criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, o Presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, referia-se também à paternidade do Brasil no projecto, afirmando: “o Brasil esteve na origem da idéia (...) e isso é motivo de orgulho para nós. O Presidente Itamar Franco interpretou o sentimento brasileiro ao dar pleno apoio à iniciativa e o ex-Embaixador José Aparecido de Oliveira foi incansável no seu impulso e promoção”.

O Brasil, como se viu, foi o único articulador aceitável da fundação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa parece estar, pela sua grandeza, pelos seus méritos e por exigência iniludível dos seus próprios interesses de Estado, vocacionado para ser o garante do êxito futuro da Instituição. Esta liderança, anteviu Adriano Moreira, é o destino manifesto do Brasil.

## BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, F. Henrique e SOARES, Mário. O Mundo em Português, um diálogo. Gradiva, Lisboa, Setembro de 1998.

KNOPFLI, Francisco. As políticas Exteriores de Brasil e Portugal. Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa 2004.

LUSOTOPIE. Geopolitiques dês Mondes Lusophones. Centre d’Étude d’Afrique Noire. Maison dês Pays Ibériques, L’Harmattan 1994.

MAGALHÃES, J. Calvet. Breve História Diplomática de Portugal. Publicações Europa-América. 3ª ed., Outubro de 2000.

\_\_\_\_\_. Relance Histórico das Relações Diplomáticas Luso-Brasileiras. Quetzal Editores, Lisboa 1997.

## INTELLECTOR

Ano II	Volume III	Nº 5	Julho/Dezembro 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	------------	------	---------------------	----------------	----------------

*www.revistaintellecto.cenegri.org.br*

MARCHUETA, Maria Regina e FONTES, José. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Fundamentos Político-Diplomáticos. Centro de Estudos Orientais da Fundação Oriente, 1ª edição, 2001.

SARAIVA, José Flávio Sombra. CPLP. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Brasília 2001.